

MEMÓRIA DE REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE HABITAÇÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2018, NO AUDITÓRIO DA GALERIA OLIDO – AVENIDA SÃO JOÃO, 473. PRESENTES OS MEMBROS: Darcy da Silva Costa, Giulia Pereira Patitucci, Alcyr Barbin Neto, Márcia Terlizzi, Renato Sena, Denize Ferreira, Edmar Imaculada Matoso (Lora), Tereza da Costa, José Benedito França, Edvaldo Gonçalves, Nilson da Silva, Manoel Messias Santos (Jamaica), Robson César Correia de Mendonça, Flávio Menezes dos Santos, Eliana Santana, Denise Bonifácio e demais presentes.

A reunião teve início com uma fala do Sr. **Alcyr**, apresentando a Sra. Márcia Terlizzi de SEHAB e dizendo que o objetivo da reunião é que ocorra uma aproximação entre o Comitê PopRua e um representante da política municipal de habitação, principalmente no tocante aos temas locação social e construção de políticas públicas habitacionais para a população em situação de rua. A Sra. **Márcia** se desculpa pela ausência na última reunião, uma vez que foi chamada pelo Ministério Público e não teve como desmarcar. A Sra. **Márcia** relata que trabalha na área de habitação há 33 anos, mas que esse tema da população em situação de rua é novo para ela.

O Sr. **Alcyr** segue a reunião retomando o tema do FNHIS. Relata sobre a decisão desfavorável da câmara técnica vinculada ao CGPAC quanto à transferência da verba destinada ao projeto do FNHIS para a cidade de São Paulo. Informou ainda que a Prefeitura de São Paulo entrou com recurso a fim de tentar garantir o envio desta verba para viabilizar a reforma e construção das unidades destinadas ao programa de locação social destinado à população em situação de rua. O Sr. **Alcyr** também pontuou que existe um grupo de trabalho relacionado ao FNHIS, que a Coordenação Poprua participa, e que esse grupo está se debruçando atualmente sobre a demanda do programa, para que seja possível planejar todo o trabalho social que irá anteceder a entrada das famílias nas unidades habitacionais.

O Sr. **Darcy** destaca que neste GT seja discutida a Portaria 131/SEHAB/2015, que versa sobre alternativas de atendimento habitacional

provisório. O Sr. **Renato** pontua que a Caixa Econômica Federal tem protagonismo na política habitacional municipal e que por isso algum representante deveria estar presente. A Sra. **Márcia** esclarece o apontamento do Sr. Renato, dizendo que a CAIXA libera verba e exige critérios mínimos de projeto e cadastro de beneficiários, mas o banco não desenha a política habitacional. O Sr. **Alcyr** complementa dizendo que a verba do FNHIS só vai tramitar na CAIXA depois de ser aprovada no Ministério das Cidades. A Sra. **Denize** relata sua trajetória de rua na cidade do Rio de Janeiro, suas lutas e questiona o Poder Público qual fator que a está impedindo de ter acesso à moradia.

A Sra. **Márcia** continua sua fala dizendo que a população em situação de rua sempre foi discutida dentro da política habitacional de modo frágil, uma vez que ela nunca foi tratada com prioridade. Conforme a Sra. **Márcia**, os anos de 2014 a 2016 foram importantes para o próprio Poder Público entender que a população em situação de rua deveria ser incluída na política habitacional. O Plano de Metas do atual Governo reflete essa discussão incluindo a meta de viabilizar 1.000 unidades habitacionais de locação social até 2020, sendo 470 voltadas à população em situação de rua. A Sra. **Márcia** pontua que agora é necessário estudar quais serão os critérios de demanda.

O Sr. **Renato** questiona a política de Assistência Social, dizendo que é muito assistencialista e que a Secretaria de Direitos Humanos poderia apoiar a população em situação de rua a lutar por políticas mais dignas. O Sr. **Renato** também pontua a importância de averiguar a questão das terras vazias e subutilizadas no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A Sra. **Lora** questiona a fala da Sra. Márcia de que ao longo dos 33 anos que ela trabalha na SEHAB, pouco se discutiu a questão da população em situação de rua, uma vez que a priorização da população em situação de rua é lei. A Sra. **Lora** também alerta que as pessoas acolhidas têm dificuldade de conseguir emprego, por serem estigmatizadas.

A Sra. **Tereza** relata que está na luta há 36 anos por direitos à população em situação de rua e que a realidade atual é outra, com muitos prédios abandonados no centro, os quais deveriam ser reformados para moradia. O Sr. **José França** destaca que o Poder Público precisa diferenciar a população das ocupações de moradia da população que está em situação de rua, solicita a divulgação dos GTs

do Comitê PopRua nos Núcleos e Centros de Acolhida e também pede à Coordenação a disponibilização da Ata desta reunião. O Sr. **Edvaldo** concorda com a colocação do Sr. José França, a respeito da população das ocupações e destaca que o Asdrúbal é um símbolo da luta por moradia da população em situação de rua. O Sr. **Edvaldo** também pede atenção para os critérios de priorização de atendimento e pergunta qual Secretaria, entre Habitação e Assistência Social, vai fazer o controle dos prédios de locação social.

O Sr. **Jamaica** fala da disponibilidade de terrenos e edifícios vazios que poderiam ser convertidos em habitação e destaca a importância da participação da Luana, da Maura e da Clélia na locação social em São Paulo. O Sr. **Darcy** retoma o projeto do FNHIS dizendo que é muito inovador e que por isso precisamos construir juntos os critérios de demanda, e ainda pontua que o movimento deveria ser considerado na seleção das famílias. O Sr. **Darcy** aponta que a Portaria 111 atendia à população em situação de rua, mas que a Portaria 131 mudou os critérios. O Sr. **Darcy** por fim conclui que São Paulo é vitrine, por isso o projeto de Locação Social para a população em situação de rua precisa acontecer e de forma exitosa.

O Sr. **Robson** pontua que a luta das ocupações de moradia não pode prejudicar a luta muito mais antiga da população em situação de rua. Ele acredita que a locação social é uma solução digna de moradia e que há alguns anos a população em situação de rua está pautando o tema. O Sr. **Flávio** pontuou que a situação do Brasil está difícil e isso reflete na maior dificuldade da população em situação de rua de ter acesso à moradia. Ele também propõe que seja feito um convite ao Fernando Chucre e ao Bruno Covas para participarem de uma reunião do Comitê PopRua.

A Sra. **Márcia** inicia uma fala para tentar responder as perguntas feitas pelos participantes. Primeiramente esclarece que o Asdrúbal do Nascimento II permanece para a população em situação de rua, e que existe um GT que já discute critérios de seleção de demanda. O Sr. Alcyr faz uma ressalva dizendo que conforme registros do Comitê de 2015, 4 unidades habitacionais dentro do Asdrúbal não seriam destinadas à população em situação de rua. Em relação à temática poprua e ocupação, ela pontua que são públicos diferentes e por isso devem ser tratados com políticas públicas distintas, mas ressalta que ambas eram invisíveis na política

e agora estão sendo olhadas com a devida atenção, principalmente após Governo ter realizado visitas nas ocupações.

A Sra. **Márcia** ressalta que em relação ao FNHIS seria interessante este grupo encaminhar ao GT do FNHIS alguns pontos: o que queremos, o que devemos, o que podemos. Ela também relata o trabalho do GT (discussão sobre programa, desenho financeiro, gestão, critérios de demanda), e conta que já teve uma primeira conquista que foi a ampliação do número de unidades habitacionais: de 441 para 470, sem alterar a qualidade. Apesar de o município estar se debruçando no projeto, existem as regras federais, que deverão ser seguidas ou adaptadas, quando possível. A Sra. **Márcia** conta que uma assessora do Gabinete da SEHAB foi à Brasília para dar andamento no projeto, ou seja, o projeto não acabou.

Em relação à demanda, a Sra. **Márcia** ressalta que todos os programas habitacionais precisam respeitar alguns critérios de priorização, como uma taxa mínima para idosos, pessoas com deficiência e famílias chefiadas por mulheres. Além disso, a escolha de demanda parte de um banco de dados, ela não pode ser aleatória. A Sra. **Eliana** relatou que no caso do Pari foram encaminhados muitos homens solteiros e que o Poder Público precisa estar atento às mulheres solteiras que não são mães e também não estão grávidas. A Sra. **Márcia** concorda e também pontua que não podemos criar guetos homogêneos nas habitações.

Em relação às perguntas sobre a SPU, a Sra. **Márcia** informou que teve uma reunião no MP com SEHAB sobre a temática do uso do patrimônio público para habitação e que estão ocorrendo negociações.

Por fim, a Sra. **Márcia** diz que um dos grandes problemas é a descontinuidade administrativa e que gostou muito de estar presente na reunião para começar esse diálogo.

Encaminhamento:

1) Decidir no Comitê PopRua qual será o fórum de participação da poprua para o Projeto de Locação Social para a População em Situação de Rua?